



COMPARTILHE



Marina Meira

22 de novembro de 2025

É preciso lembrar que as tecnologias não criam as violências de gênero, mas podem reproduzi-las ou transformá-las

O **Nexo** depende de você para financiar seu trabalho e seguir produzindo um jornalismo de qualidade, no qual se pode confiar. Conheça nossos planos de assinatura. **Junte-se ao Nexo!** Seu apoio é fundamental.

A violência baseada em gênero, que afeta sobretudo mulheres e pessoas LGBTQIA+, faz parte da estrutura do capitalismo. Manifesta-se a partir de diversas condutas e atravessa diferentes formatos, que vão muito além da violência física.

Historicamente, o controle sobre o corpo é uma dessas manifestações mais persistentes. Desde a reprodução forçada de mulheres escravizadas para aumentar a mão de obra das colônias, passando pelas altíssimas taxas de violência sexual – hoje,



Não só o “como”, mas o meio pelo qual tal violação à autonomia acontece também é reinventado constantemente. Nas últimas décadas, diante do avanço da digitalização e da penetração da internet no Brasil e em todo o mundo, as tecnologias da informação e comunicação também passaram a ser suporte para esse velho tipo de expressão das desigualdades e da violência de gênero.

Em 2016, a organização brasileira Coding Rights já denunciava falhas de segurança nos aplicativos de controle de ciclo menstrual (chamados “menstruapps”), assim como o indevido e opaco uso dos dados registrados pelas usuárias desses aplicativos para direcionamento de publicidade de acordo com os padrões de seus ciclos, de itens como absorventes, coletores ou termômetros. Em 2020, o Brasil ainda viu o trágico episódio que envolveu uma criança de 10 anos, grávida após ser estuprada por seu tio desde os 6, que, ao ter que ser levada a outro estado para exercer seu direito ao aborto legal, foi alvo de manifestações de grupos conservadores após ter seus dados vazados em redes sociais.

Mas, se a tecnologia é parte do problema, ela também pode – e deve – ser parte da resposta

Não bastasse, ainda fazem parte desse rol de exemplos o episódio de bloqueio dos sites Women on Waves e Women on Web, que oferecem informação cientificamente embasada sobre saúde sexual e reprodutiva em países com legislação restritiva sobre aborto, e os constantes ataques digitais a ativistas feministas e mesmo a profissionais da saúde, cujo trabalho e vida pessoal são alvo frequente de campanhas desinformativas e de discurso de ódio, assim como de ameaças online. Ao lado de outras condutas como a disseminação não consentida de imagens íntimas e o stalkerware, essas práticas são expressão do que chamamos de violência de gênero facilitada por tecnologias.

Mas, se a tecnologia é parte do problema, ela também pode – e deve – ser parte da resposta. Nos últimos anos, especialmente coletivos feministas e LGBTQIA+ têm se mobilizado para tornar o ambiente digital um espaço de resistência e cuidado. Além de oferecer serviços como os de linhas de ajuda para pessoas que são vítimas de violência de gênero facilitada por tecnologias, eles têm organizado campanhas cuja pauta central é a autonomia sobre o próprio corpo. Foi o caso da mobilização “Criança Não é Mãe”, no Brasil, que serviu para barrar o Projeto de Lei nº 1.904/2024, o qual equiparava o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio.

O avanço da telemedicina para o acesso a cuidados reprodutivos seguros, como o aborto, é outro importante exemplo de como as tecnologias podem ampliar o exercício da autonomia. Esse recurso torna-se especialmente relevante em contextos de desigualdade territorial e institucional, como é o brasileiro, onde, em 2022, apenas 3,6% dos municípios possuía serviços de aborto legal, e, em 2025, ainda há registros de estados nos quais nenhum hospital sequer declara prestar esse tipo de atendimento – recordando que o aborto é legal no Brasil nos casos de gestação decorrente de estupro, risco de morte materna e gravidez de feto anencéfalo.

25 de novembro é o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. O marco, instituído pela ONU em 1999, nasce da luta feminista latinoamericana, em memória à data em que as irmãs Mirabal foram assassinadas, em 1960, por se oporem à ditadura na República Dominicana. Nessa efeméride, é essencial recordar que a eliminação da violência baseada em gênero passa também pela eliminação das violências facilitadas pelas tecnologias. Não só, mas a data deve servir igualmente como lembrete para a urgência em tomar medidas para fortalecer marcos legais e de políticas públicas em relação à problemática.

Esses marcos devem partir de uma perspectiva interseccional e baseada em direitos humanos, e ir além da criminalização e punição de agressores. Devem ser integrados a outros marcos pré-existentes para prevenção e proteção à violência baseada em gênero, além de serem centrados nas sobreviventes e prever a capacitação de atores e instituições para que possam oferecer respostas sensíveis e não revitimizantes a todas as pessoas que sofreram violências.

A luta por autonomia sobre o corpo e a luta por autonomia frente às tecnologias da informação e comunicação está profundamente interligada. Ambas reivindicam o direito de decidir e de experimentar ambientes livres de acordo com essa decisão – seja sobre o próprio corpo, seja sobre os próprios dados ou experiência digital. Em uma sociedade marcada por desigualdades de gênero persistentes, reconhecer essa conexão é essencial para imaginar políticas que realmente protejam e ampliem liberdades e o cuidado. Entre corpos e códigos, é preciso lembrar que as tecnologias não criam as violências de gênero, mas podem reproduzi-las ou transformá-las. Que sigam sendo, então, cada vez mais, ferramentas de emancipação.

Assine nossa newsletter diária

Gratuita, com os fatos mais importantes do dia para você

Insira seu e-mail



N
ASSINE

GRÁFICOS

PODCASTS

NOVOS

TEMAS

advogada e mestre em divulgação científica e cultural.

Os artigos publicados no nexo ensaio são de autoria de colaboradores eventuais do jornal e não representam as ideias ou opiniões do Nexo. O Nexo Ensaio é um espaço que tem como objetivo garantir a pluralidade do debate sobre temas relevantes para a agenda pública nacional e internacional. Para participar, entre em contato por meio de ensaio@nexojornal.com.br informando seu nome, telefone e email.

 The Trust Project [SAIBA MAIS](#)

DESTAQUES



ESPECIAL

Todos os conteúdos publicados no 'Nexo' na COP30

Da Redação

N
ASSINE


GRÁFICOS


PODCASTS


NOVOS


TEMAS



EXPRESSO

O que a escolha de Messias aponta para o Supremo

Isadora Rupp



EXPRESSO

N
ASSINE

GRÁFICOS

PODCASTS

NOVOS

TEMAS

MARCELO MONTANINI



EXPRESSO

A qualidade de vida de pretos e pardos no Brasil em 5 áreas

Mariana Souza



GRÁFICO

Quais países estão classificados para a Copa de 2026

Gabriel Zanlorenssi e Giovanna Hemerly



EXPRESSO

N
ASSINE

GRÁFICOS

PODCASTS

NOVOS

TEMAS

LUCAS ZACARI



EXPRESSO

A vida atribulada de Caravaggio, inspiração de Baco Exu do Blues

Giovanna Castro



EXPRESSO

Por que quem passou por Tremembé critica a série sobre a prisão

Lucas Zacari

MAIS RECENTES



N
ASSINE

GRÁFICOS

PODCASTS

NOVOS

TEMAS

Isadora Kupp



EXTERNO

A missão chinesa que quer levar pessoas para a Lua até 2030

Marissa Martin



EXTERNO

Soluções inovadoras permitem aprimorar a gestão de árvores urbanas

Frances Jones



EXYDDESSO

N
ASSINE

GRÁFICOS

PODCASTS

NOVOS

TEMAS

NAVEGUE POR TEMAS

- POLÍTICA
- ECONOMIA
- INTERNACIONAL
- SOCIEDADE
- CULTURA
- CIÊNCIA E SAÚDE
- TECNOLOGIA
- ESPORTE
- MEIO AMBIENTE

NEXO

ASSINE NEXO

JA É ASSINANTE?

FAÇA LOGIN

The New York Times

ASSINE NEXO + NYT

CONHEÇA +

NOSSOS CANAIS +

SOBRE O NEXO +

N
ASSINE


GRÁFICOS


PODCASTS


NOVOS


TEMAS

CURSOS

EVENTOS

© 2025 NEXO JORNAL, TODOS OS DIREITOS RESERVADOS